



CARTA DE RECIFE

O Fórum das Entidades Representativas das Carreiras de Ciência e Tecnologia – Fórum de C&T - representa os servidores de vinte e três instituições públicas federais de nove Ministérios: MCTIC, MinC, MD, MDIC, MAPA, MEC, MTE, MS, MMA.

Estas entidades reúnem servidores que desempenham atividades estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, que vão da pesquisa básica à inovação tecnológica, com o objetivo de alavancar o país rumo ao desenvolvimento, para o qual é fundamental o fortalecimento da estratégica área de Ciência e Tecnologia onde atuam.

Reunidos em Recife, no auditório Calouste Gulbenkian da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2016, participaram de palestras em que foram discutidas temáticas relativas às profundas mudanças impostas à população em geral e ao Estado brasileiro em particular pelo governo Temer.

Dentre os ataques promovidos a direitos dos trabalhadores na pauta recessiva imposta pelo novo governo encontram-se, como pilares, a PEC 241/16 (já aprovada na Câmara e aceita pelo Senado sob o número de PEC 55/2016), o PLP 257 (agora no Senado sob o número de PLS 54/2016) e a Reforma da Previdência, ainda não oficialmente formatada, mas já sinalizada por parte de prepostos governamentais através da grande imprensa conivente com o discurso oficial.

Nesse cenário de ataques, o Fórum entende que um dos objetivos primordiais deve ser o de produzir um discurso contrário àquele formulado pelo governo e disseminado como verdade absoluta pela imprensa. Esse discurso oficial pretende legitimar as medidas de arrocho econômico, que reduzem direitos dos trabalhadores, mantendo privilégios da elite econômico-financeira. Contrapor-se a tal discurso, mostrando suas incoerências e inverdades, é o único caminho para superação da crise. Afinal esse contra-discurso é um elemento necessário à mobilização da sociedade contra as agressões a seus direitos.

Nesses três dias, o Fórum tratou de temáticas importantes sobre o funcionamento dos serviços públicos e o pacote de maldades do governo Federal, como a questão do déficit previdenciário, o peso da dívida pública nas despesas brasileiras, o corte de gastos primários imposto pela PEC 241 (agora PEC 55) e o Marco Legal de C&T. Fruto dessas discussões, o Fórum firmou entendimento que as medidas oficiais não são o caminho para a superação da crise; pelo contrário, a implementação das mesmas radicalizará as graves diferenças sociais existentes na sociedade brasileira.



Por isso, o Fórum de C&T aprovou entendimento pela participação de suas entidades na luta contra a PEC 241 e todo o pacote de maldades do governo Temer; pela participação do Fórum nos atos do dia 11 de novembro, que reunirão outras esferas da sociedade com o mesmo objetivo, dentre eles o FONASEF – Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais; destacar o evento como *Dia Nacional de Luta de C&T*, contra a PEC 241/PEC 55 e o pacote de maldades do governo.

Para as entidades do Fórum de C&T a superação desse momento de crise requer soluções totalmente diversas das propostas pelo governo, que só serão alcançadas pela união de toda a sociedade contra os ataques a direitos que ora sofre. Além da oposição ferrenha a tais ataques, continua a luta pela valorização de C&T que, a se aprovar o congelamento de gastos por vinte anos, imposto pela PEC do fim do mundo, ficarão limitados, no âmbito de C&T, a um patamar de aproximadamente 0,2 % do orçamento da União.

A fim de enfrentar esse cenário tormentoso as entidades participantes da reunião (AFINCA, ASCAPES, ASCON-Brasília, ASCON-RJ, ASSEC-PC/GO, ASSEC-MG, ASSEC-N/NE, ASSEC-RJ, ASSINPE, ASSINT, Representação dos Servidores de C&T do INPI, SINDCT e SINDSEP-PE), após intensos debates, indicaram o seguinte conjunto de diretrizes de ação conjunta para o Fórum de C&T:

1. Continuar a Campanha Salarial reiterando os conceitos da tabela consensuada em 2015 e não considerada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, reforçando estudos que subsidiem a retomada de sua defesa;
2. Manter a posição pela incorporação da GDACT ao vencimento básico, em cumprimento ao Termo de Acordo 09/12;
3. Lutar pela recomposição da Força de Trabalho das Carreiras de C&T propondo, imediatamente, junto ao governo, a formatação de dispositivo legal que permita a reposição automática de cargos vagos, por aposentadoria ou saída de servidores como forma de estancar a perda de pessoal;
4. Reafirmar o conteúdo da Carta de BH (primeira), que compilou princípios e linhas de atuação do Fórum de C&T;
5. Estreitar o relacionamento com a Condsef e com outras entidades afins da representação sindical na busca da unificação e fortalecimento da defesa das instituições públicas e dos direitos dos servidores, defendendo a atuação do Fórum de C&T como legítima representação dos servidores de C&T;
6. Posicionar-se contra a constituição de organizações sociais por entender que serão utilizadas como instrumento de desmanche e precarização da coisa pública;
7. Atuar na regulamentação da Lei 13.243 (Marco Legal da C&T) e nas mudanças regimentais das unidades de pesquisa por ela requerida;



8. Lutar por mudança da sistemática de escolha de dirigentes das unidades de pesquisa e órgãos de fomento, de forma a torná-la democrática, com a participação dos servidores;
9. Atuar junto ao MCTI e FINEP em defesa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para que a representação dos trabalhadores no mesmo seja indicada por este Fórum de C&T;
10. Aproximar-se dos núcleos de estudo e atuação da auditoria cidadã da dívida pública a fim de subsidiar nossas entidades na luta contra a política de arrocho do governo;
11. Reivindicar a criação de um conselho de dirigentes das unidades de pesquisa, garantindo a participação de representação dos servidores das carreiras no mesmo;
12. Promover a adoção de tecnologias de informação e comunicação que possibilitem uma melhor interação e integração das entidades que o compõem o Fórum;
13. Atuar no processo de gestão das carreiras e implementação da política de capacitação e desenvolvimento de pessoas, buscando sua democratização e qualificação, incluindo a defesa da criação da Escola de Governo em CTI;
14. Criar grupos de trabalho para o aprofundamento dos itens desta carta;
15. Instalar definitivamente a periodicidade anual desse seminário, com a premissa que a sua preparação inicie com antecedência mínima de 6 meses, baseada na escolha da temática e na sua organização estrutural.

Recife, 27 de outubro de 2016

Ivanil Elisiário Barbosa – Secretaria do Fórum de C&T